

Resenha bibliográfica

Walsh, Vivian & Gram, Harvey. *Classical and neoclassical theories of general equilibrium*. New York, Oxford University Press, 1980, 426 p.

Equilíbrio geral tem sido um daqueles ramos da teoria econômica que, à simples menção, afugentam economistas profissionais, alunos e mesmo acadêmicos, tão grande é aparentemente a bagagem de conhecimentos matemáticos necessária a uma compreensão plena do assunto. E isto ocorre não só pela complexidade inerente ao tema como também pela escassez de bons livros introdutórios e ao mesmo tempo acessíveis ao grosso dos estudantes e profissionais de economia.

Podemos dizer que tal carência se encontra, se não sanada, pelo menos atenuada com o livro de Walsh & Gram. Ali o leitor encontrará uma exposição competente das teorias clássica e neoclássica em termos de modelos lineares a dois setores e que exigem, para seu entendimento, apenas um curso introdutório de cálculo. Os resultados que derivam de maiores elucubrações são ou explicados intuitivamente ou indicados em apêndice.

Porém, a originalidade do livro não se encontra unicamente no ponto indicado. Por certo, a intenção dos autores não foi apresentar fria e separadamente as duas teorias, ainda que com uma formulação acessível. Como está assinalado no prólogo, é sua opinião que “uma precisa distinção pode ser feita na teoria do equilíbrio geral entre o tema clássico da acumulação e alocação da produção excedente e o tema neoclássico da alocação de dados recursos entre usos alternativos. Sem esta distinção nem a história da análise econômica nem a estrutura dos modelos matemáticos modernos podem ser claramente compreendidas” (p. 3; tradução nossa).

Portanto, o livro cobre a apresentação, a comparação e as origens, na história do pensamento econômico, das duas teorias de equilíbrio geral. Os três temas estão interligados pela tese de que há um forte elo de continuidade entre as teorias atuais e as antigas e, mais, de que há uma irredutível e persistente heterogeneidade entre o tema clássico e o neoclássico.

Na primeira parte do livro, Wash & Gram ocupam-se em mostrar as origens históricas das duas teorias, relacionando-as com as condições sócio-econômicas vigentes e com as personalidades dos precursores. Assim, somos informados de que

a economia clássica tem sua origem na transição do feudalismo para o capitalismo, não sendo coincidência que se tenha desenvolvido na Inglaterra e na França, países que lideraram esse mesmo processo. De forma análoga, a teoria neoclássica surge na metade final do século XIX simultaneamente na Áustria, França e Inglaterra, numa época de relativa estabilidade e sucesso econômico do sistema capitalista e que já foi inclusive batizada por um historiador como a “era do capital”.

Portanto, nada mais natural que os economistas clássicos dessem maior ênfase às condições de extração, acumulação e distribuição da produção excedente entre as diversas classes sociais. A extensão da economia de mercado, através do maior grau de assalariamento e da maior divisão de trabalho, transformou a acumulação de riquezas de fenômeno puramente contingente sob o feudalismo em característica essencial do capitalismo. Neste sentido, o conceito-chave é o de viabilidade, o qual já aparece, se não explicitamente pelo menos implicitamente, nos escritos clássicos. Uma economia é viável se sua matriz tecnológica é capaz de gerar uma produção de cada bem maior ou igual à quantidade desses mesmos bens que serão usados como insumo no período seguinte. Dessa forma, tal economia é capaz de se reproduzir continuamente na mesma escala ou em escala ampliada. Walsh & Gram historiam as principais contribuições de William Petty, Cantillon, os fisiocratas (Marques de Mirabeau e Quesnay), Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx.

Já para os neoclássicos Menger, Jevons e Walras, cujos escritos são abordados no livro, a questão do excedente desaparece e o problema econômico passa a ser o de alocar recursos dados e portanto escassos entre usos alternativos de forma a que os agentes econômicos obtenham o máximo nível de satisfação. Os primeiros modelos neoclássicos tratavam apenas do problema da troca entre indivíduos cada qual com uma dotação fixa de bens, abstraindo-se o lado da produção. O objetivo científico e ideológico dessa formulação era mostrar como através da troca os agentes econômicos, no caso consumidores, podem maximizar sua utilidade. Embora não se possa dizer que tal preocupação estivesse ausente na economia clássica (por exemplo, Smith e a “Mão Invisível”), evidentemente a ênfase mudou de sentido. Quando se introduz o lado da produção, novas desemelhanças ocorrem: o conceito relevante deixa de ser o de viabilidade (*viability*) para se tornar o de factibilidade (*feasibility*). Dadas a quantidade de recursos disponíveis (fatores de produção), a distribuição de propriedade desses fatores entre os agentes individuais e a tecnologia, os agentes, enquanto consumidores ou produtores, tentam respectivamente maximizar utilidades e lucros sobre um conjunto limitado de possibilidades de produção. A economia se encontra em equilíbrio se, para um determinado sistema de preços, inexistir excesso de demanda de fatores e produtos (Walras tratou imperfeitamente da questão da existência de equilíbrio e quanto à convergência para esse estado apelou para a ficção do leiloeiro que grita os preços e ajusta todas as ofertas e demandas). Vê-se assim que a estrutura de classes da sociedade não é tida como fato teórico e causal importante, pois a análise se baseia em decisões individuais. Os modelos neoclássicos, portanto, reclamam uma genera-

lidade de aplicação que se acorda mal com seus análogos clássicos. Estruturas de classe diferentes são incorporadas no modelo fazendo-se simplesmente variar os padrões de distribuição de propriedade dos recursos entre os indivíduos. Assim, o mesmo aparato analítico cobre uma gama variada de casos possíveis. A heterogeneidade dos *approaches* dos dois modelos é tal que não seria exagero falar de ideologias diferentes informando cada um deles.¹

A segunda parte do livro é dedicada à apresentação e comparação dos resultados das teorias modernas de equilíbrio geral. Com referência à teoria neoclássica, os autores se baseiam principalmente nos trabalhos de K. Arrow, F. Hahn e G. Debreu. No que concerne à teoria clássica, a principal fonte de referência são os trabalhos de Pierro Sraffa, em especial *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, mesclados com contribuições de Pasinetti, Leontief, J. Von Neumann e outros.

Para Walsh & Gram, o papel da demanda, sintetizado nas funções individuais de utilidade, é essencial no modelo neoclássico. Tal idéia contrapõe-se às afirmativas dos partidários do citado modelo, segundo as quais as “famílias” e as “firmas” ocupam posições de igual destaque. Segundo os autores, “o mais importante aspecto da teoria neoclássica está em mostrar os efeitos de diferenças na demanda sobre preço e alocações. O único intento implícito na teoria é que, colocando os recursos e a tecnologia como dados, as escolhas de consumo individuais podem ser vistas como determinando todas as variáveis importantes: alocações de fatores, preços, rendas e alocações de mercadorias. Isto explica por que, para os neoclássicos, a teoria da escolha é o núcleo da ciência econômica” (p. 264). Quanto às firmas, é-nos dito que, embora seja “verdade que (elas) utilizam a dada tecnologia de produção, minimizando o custo de fatores e portanto assegurando que o preço relativo não excederá o custo de oportunidade (um papel que assume uma dimensão adicional quando há uma escolha de processos na produção) (...), essa função é essencialmente de intermediação (...). As decisões de alocar os fatores de um determinado modo são, portanto, ultimamente determinadas pelas escolhas de consumo dentro de um contexto de equilíbrio geral no qual não há nenhuma demanda insatisfeita de qualquer insumo ou produto”. (p. 265).

Estes resultados produzem um claro contraste quando confrontados com os obtidos do modelo clássico. Na sua formulação mais completa no livro, esse modelo supõe como parâmetros: a) uma tecnologia viável; b) a taxa de acumulação do estoque de capital e a fração dos lucros poupados; c) a fração dos lucros gasta em cada mercadoria; d) a fração dos salários totais gasta em cada mercadoria. Com esses dados ficam determinados: a taxa de lucro uniforme, os preços relativos e salários reais, as proporções do produto bruto consumido e as diversas razões de quantidade (por exemplo, razão dos produtos brutos, dos estoques de capital, etc.).

O modo de funcionamento do modelo implica, segundo os autores, que “in-

¹ Esta parece ser também a opinião de Walsh & Gram (ver p. 409-10).

dependente de como a demanda é introduzida no modelo, ela tem importância somente no que se refere às quantidades. Nesse aspecto, a teoria clássica diferencia-se da teoria neoclássica na qual a renda reflete a escassez relativa dos dados fatores e em geral a escassez relativa varia com o padrão de demanda” (p. 332). E mais adiante: “No modelo clássico, os preços relativos ou razões de troca são independentes das preferências dos consumidores. Por outro lado, as decisões dos capitalistas com relação ao crescimento e ao reinvestimento dos lucros determinam a taxa de lucro (. . .) Isto fixa a divisão da renda entre salários e lucros e determina os preços relativos” (p. 336).

Os dois modelos sugerem interpretações diversas também para os preços relativos e para a questão da escolha da técnica de produção. Na teoria neoclássica, os preços relativos e os salários reais seriam uma medida do custo de oportunidade na produção dos bens e da escassez relativa dos dados fatores de produção respectivamente. Na teoria clássica, os preços relativos teriam interpretação completamente diferente: medem a taxa em que podem ocorrer mudanças nos coeficientes técnicos sem alterar a solução para a taxa de lucro uniforme, medindo portanto um *trade-off* tecnologicamente determinado (p. 309). Com relação à escolha de técnica de produção, as diferenças também são marcantes: o modelo clássico permite a chamada inversão (*re-switching*) de tecnologia, isto é, uma dada tecnologia pode ser “ótima” e estar, ao mesmo tempo, associada a distribuições de renda inteiramente díspares. Tal não é passível de ocorrência na teoria neoclássica, onde uma tecnologia minimiza custos dentro de um único intervalo de valores.

Algumas críticas. Os autores consideram essencial no modelo neoclássico a noção de que os preços relativos refletem na posição de equilíbrio o custo de oportunidade na produção. Entretanto, essa noção encerra séria ambigüidade e não é indispensável à compreensão do modelo. Se não vejamos: se o equilíbrio ocorre na fronteira da curva de transformação, a noção de custo de oportunidade só é isenta de ambigüidades nos casos especiais em que as funções de produção apresentam coeficientes técnicos contínua e infinitamente variáveis. No caso apresentado no livro, é fácil verificar que, devido ao uso de proporções fixas de fatores na produção, a noção de custo de oportunidade se torna ambígua em todos os pontos que correspondam a “bicos” na curva de transformação. Com efeito, nesses pontos a derivada deixa de existir, tornando problemático, por conseguinte, o conceito de custo de oportunidade definido daquela forma. Assim, mesmo economistas de tendência neoclássica sugerem que não se perderia muito se o conceito fosse arquivado.²

No que se refere ao modelo clássico, não nos parece correta a tese de que os preços relativos e as razões de troca são independentes das preferências dos consumidores. Isto só ocorre se as preferências de consumo dos capitalistas forem negligenciadas, pois, como foi visto, um dos parâmetros do modelo é a fração poupada

² Simonsen, Mário Henrique. *Análise de atividades*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, mimeogr. p. 26.

dos lucros pelos capitalistas. Juntamente com a taxa de acumulação do capital, tem-se, a partir daí, a taxa de juros e, a partir desta, os preços relativos e os salários reais (p. 328 e segs.). Ora, tomar como dada a fração poupada dos lucros é o mesmo que tomar como dada a fração consumida dos mesmos, função, portanto, das preferências de consumo dos capitalistas. Vê-se então que os preços relativos não são independentes de parâmetros de demanda no modelo clássico com salários variáveis. Mesmo no caso de salários ao nível de subsistência não se pode a rigor falar de inexistência de relações entre preços e demanda de consumo, uma vez que, sendo o conceito de “nível de subsistência” determinado histórica e socialmente e não apenas tecnicamente, certas preferências de consumo por parte dos trabalhadores estão inevitavelmente implícitas nele.

Para finalizar, acreditamos que o livro encerra uma contribuição importante ao ensino e aos estudos comparativos das teorias clássica e neoclássica de equilíbrio geral, sendo, ademais, escrito em estilo elegante e agradável, o que torna sua leitura plenamente recomendável. Registramos, contudo, o viés (de resto, plenamente reivindicado pelos autores) contra a teoria neoclássica, a começar pelo prefácio, onde Joan Robinson, com uma ponta de ironia, afirma que “enquanto a teoria da alocação está murchando no mundo de livre mercado, ela está florescendo novamente nas economias socialistas” (p. XVI). É o caso de se perguntar: por que os neoclássicos, que conscientemente procuraram com seus modelos cobrir uma gama variada de casos possíveis, se surpreenderiam com o fato de sua teoria estar sendo usada no sistema de planejamento socialista? Afinal, não será verdade que o dual do mercado perfeito é o planejamento perfeito?

Lauro Flávio Vieira de Faria